

## MODERNIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E OLERICULTURA: O PROTAGONISMO DO TRABALHO FAMILIAR

Emilio Romanini Netto<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4525-2095>

Valdir Frigo Denardin<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-9868-2916>

Valter Roberto Schaffrath<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o trabalho familiar ao longo das respostas diferenciais aos processos de modernização e mercantilização da olericultura na Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa parte de estudos sobre a questão agrária e a sociologia rural, com foco na perspectiva de agência dos atores sociais. As ferramentas metodológicas centram-se em dados primários, secundários e em referencial bibliográfico sobre o tema. Os resultados apontam para a reflexão de que o trabalho familiar é o mediador da produção de múltiplos valores além do monetário, constituindo uma dimensão central em direção a práticas mais autônomas e sustentáveis de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Região Metropolitana de Curitiba, Relação Sociedade-Natureza.

### MODERNIZATION, COMMODITIZATION AND HORTICULTURE: THE ROLE OF FAMILY LABOR

### ABSTRACT

The aim of this article is to discuss family labor at differential responses to the modernization and commercialization processes of horticulture in the Metropolitan Region of Curitiba. The research is based on studies on the agrarian issue and rural sociology, with a focus on the perspective of agency of social actors. The methodological tools focus on primary, secondary data and bibliographic references on the topic. The results allow us to reflect that family labor is the mediator of the production of multiple values beyond monetary, constituting a central dimension towards more autonomous and sustainable practices of rural development.

Key-words: Family Farming, Rural Development, Metropolitan Region of Curitiba, Society-Nature Relationship.

### MODERNIZACIÓN, MERCANTILIZACIÓN Y OLERICULTURA: EL PROTAGONISMO DEL TRABAJO FAMILIAR

### RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir el trabajo familiar a lo largo de las respuestas diferenciales a los procesos de modernización y mercantilización de la olericultura en la Región Metropolitana de Curitiba. La investigación se basa en estudios sobre la cuestión agraria y la sociología rural, con un

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná. E-mail: [emilioromanini@hotmail.com](mailto:emilioromanini@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal do Paraná/ Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: [valdirfd@ufpr.br](mailto:valdirfd@ufpr.br).

<sup>3</sup> Doutor em Agronomia. Instituto Federal do Paraná/Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: [valter.schaffrath@ifpr.edu.br](mailto:valter.schaffrath@ifpr.edu.br).

enfoque en la perspectiva de la agencia de los actores sociales. Las herramientas metodológicas se centran en datos primarios, secundarios y referencias bibliográficas sobre el tema. Los resultados apuntan a una reflexión de que el trabajo familiar es el mediador de la producción de múltiples valores además del monetario, constituyendo una dimensión central hacia prácticas más autónomas y sostenibles de desarrollo rural.

Palabras llave: Agricultura Familiar, Desarrollo Rural, Región Metropolitana de Curitiba, Relación Sociedad-Naturaleza.

## INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura brasileira desencadeou importantes transformações nas relações sociais no campo. Teve como protagonista o Estado brasileiro sob uma ditadura militar (1964-1985), como promotor de políticas de crédito e assistência técnica para a industrialização e ampliação da escala de produção. Esse processo resultou em um aumento da fronteira agrícola, com amplas consequências ambientais, aumentando também a concentração fundiária nas mãos de pequenas elites oligarcas. A modernização resultou na formação de uma massa de trabalhadores, rurais e urbanos, favorecendo o êxodo rural e os processos de urbanização do país (Graziano da Silva, 1981; Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985).

No entanto, a modernização como um projeto resultante da aliança entre o Estado, multinacionais do setor e a oligarquia agrária, não foi completamente bem-sucedida em extinguir e/ou homogeneizar as formas familiares de produção agrícola. Isto porque as diferentes formas e origens de um campesinato, tanto em países do hemisfério norte quanto do hemisfério sul, resistiram e se adaptaram às transformações do mundo rural, a partir de uma miríade de lógicas e estratégias de produção e reprodução social (Abramovay, 1992; Lamarche, 1993, 1998), a ponto de solidificar uma nova categoria social do campo, a agricultura familiar (Picolotto, 2014).

Segundo os estudos reunidos em Ferreira et al (2012), assim como tantos outros territórios do país, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) não se constitui como fronteira agrícola para modernização da agricultura em sua primeira fase (entre a década de 1960 a 1970), muito em função de seus aspectos geocológicos. Assim, a RMC se conforma em um espaço de predomínio de comunidades rurais e periurbanas<sup>4</sup> detentoras de pequenas propriedades (Ferreira et al, 2012; Souza et al, 2008). Atualmente, segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos 23.885 estabelecimentos agropecuários encontrados nos municípios da RMC, 76% (18.208) são caracterizados como de agricultura familiar (Ibge, 2018).

---

<sup>4</sup> Espaços periurbanos, como nos referimos aqui, remontam à menção de Wanderley (2004) sobre a influência dos espaços urbanos nas comunidades rurais, típica de pequenos municípios, em que as famílias rurais participam de processos de apropriação das cidades, ainda que se mantenham as condições precárias de acesso aos bens e serviços públicos.

Entre as mais importantes mudanças no perfil agrário da RMC, Queiroga (2012) destaca o crescimento da produção olerícola e a conformação de um “cinturão verde” com foco no público consumidor da metrópole, realizado, majoritariamente (86%), pela agricultura familiar (Ibge, 2018). Na safra 2017/2018, os municípios da RMC produziram 40% das principais culturas olerícolas do estado do Paraná, circulando uma receita de aproximadamente 1,4 bilhões (Seab/Deral, 2018).

Como se destacará adiante, o trabalho familiar é central para a permanência das famílias na atividade agrícola, possibilitando uma adaptação dinâmica às condições socioeconômicas e ambientais, o que se definirá como respostas diferenciais à modernização e mercantilização.

Nesse contexto, este artigo objetiva investigar o trabalho familiar ao longo das respostas diferenciais aos processos de modernização e mercantilização da olericultura na RMC.

Este trabalho está organizado em cinco partes, além desta breve introdução. Primeiramente, de forma sucinta, serão apresentados os procedimentos metodológicos. Em seguida, será realizada uma caracterização sobre diferentes abordagens da questão agrária, ressaltando pontos centrais, empíricos e epistemológicos. Posteriormente será dado destaque as características analíticas do trabalho familiar e o desdobramento no estudo de unidades de produção e na conformação do espaço rural. Na sequência, será discutido o caso empírico da olericultura familiar na RMC, as respostas diferenciais aos processos de modernização e mercantilização da agricultura. O texto se encerra considerando as práticas de reconstrução ativa dos processos ecológicos na unidade de produção, assim como as práticas de valoração simbólicas da produção, para além do valor monetário, e o seu papel nas análises da questão agrária na atualidade da RMC.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ferramentas metodológicas utilizadas neste trabalho somam: a pesquisa bibliográfica, responsável por dar o suporte teórico para análise e discussão; a pesquisa documental, em especial os relatórios produzidos pela Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) sobre a conjuntura da olericultura no estado e suas regiões; o uso de fontes secundárias, como os dados estatísticos no Censo Agropecuário de 2017, em especial os dados sobre a agricultura familiar; e também fontes primárias, através do trabalho de campo.

O instrumento principal de pesquisa utilizado durante o trabalho de campo foi a entrevista semiestruturada guiada por um roteiro. O roteiro foi elaborado a partir do projeto de pesquisa “*Dinâmicas de autonomia e dependência na reprodução socioambiental da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba*”, tem como princípio a parceria do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, com o IDR (Instituto de

Desenvolvimento Rural do Paraná) e concentrou indagações concernentes às lógicas e estratégias de relações produtivas dos agricultores com mercados, instituições e com a natureza.

O trabalho de campo se iniciou com reuniões junto aos extensionistas das agências municipais do IDR de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Itaperuçu, municípios da RMC, selecionados em função do trabalho ativo das agências com olericultores familiares, possibilitando o levantamento de famílias olericultoras atendidas pelos técnicos. Assim, os critérios utilizados para seleção dos participantes da pesquisa foram: serem olericultores familiares; participantes do Projeto Olericultura do IDR; e voluntários à pesquisa. A quantidade de unidades de produção familiares participantes seguiu o critério de “saturação”, isto é, a noção de que a incorporação de novos participantes não apresenta novidades em relação aos objetivos de pesquisa<sup>5</sup> (Minayo, 2006; Bauer; Aarts, 2017).

A partir dos critérios de participação, foram entrevistados dezessete (17) unidades de produção familiares, entre os meses de junho e agosto de 2019, sendo oito (8) unidades de Almirante Tamandaré, quatro (4) unidades de Campo Magro, quatro (4) unidades em Itaperuçu e uma (1) unidade em Campo Largo. A diferença numérica dos participantes em cada município corresponde aos critérios de participação e saturação, mas também às diferenças empíricas referente a cada município e à atuação da IDR nos mesmos (por exemplo, a única unidade entrevistada no município de Campo Largo corresponde à atuação do técnico de Campo Magro naquela específica unidade de produção).

A partir dos critérios de participação e de saturação, foi possível entrevistar olericultores familiares de distintas posições socioeconômicas, convencionais e orgânicos, com distintas lógicas e estratégias de relação com atores externos, com a natureza e de reprodução social. As entrevistas ocorreram nas mais distintas situações, com a família à mesa servida de café, na roça ou em cima do trator. Também, sempre que possível, foram ouvidos os mais distintos membros da família, suas lógicas e opiniões sobre o projeto de vida da família.

## QUESTÃO AGRÁRIA: ENTRE A ESTRUTURA E A AÇÃO SOCIAL

No Brasil, as análises da questão agrária tornaram-se muito influentes nas interpretações do espaço rural, sobretudo referidas aos processos de modernização e industrialização da agricultura brasileira e suas consequências nas transformações das relações sociais no campo.

Dentre as principais transformações das relações sociais no campo, nas análises da questão agrária, estão o surgimento dos trabalhadores volantes, boias-frias e posseiros, os novos proletários do campo, como produtos da diferenciação social e a tendência de subalternização destes grupos

---

<sup>5</sup> No caso específico desta pesquisa, a saturação está relacionada ao esgotamento de novidades referentes as lógicas e estratégias produtivas e reprodutivas das famílias agricultoras.

sociais frente à expansão do capital financeiro e da industrialização da agricultura (Graziano da Silva, 1981; Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985; Graziano Neto, 1982).

Outro importante fator de análise da questão agrária no Brasil refere-se à concentração fundiária e ao papel do Estado brasileiro no processo de modernização da agricultura. Segundo Wanderley (1996), a modernização da agricultura no Brasil foi resultado de um “pacto social” entre o Estado e os grandes proprietários representantes de uma histórica oligarquia fundiária nacional, com o propósito de tornar os latifúndios extensivos e improdutivos em empresas rurais de vanguarda. Ademais, a autora reforça o papel da propriedade da terra como aspecto central da modernização e, ao mesmo tempo, do assalariamento, precarização e vulnerabilização da pequena exploração familiar – a “modernização dolorosa” de que trata Graziano da Silva (1981).

Os referidos estudos se concentraram em destacar os mecanismos de expansão da agricultura industrial capitalista, os processos de modernização das técnicas e tecnologias, a formação de parques industriais para o processamento da produção agrícola, sustentado por políticas de assistência técnica, crédito e incentivos fiscais às multinacionais, assim como a integração da agricultura capitalista à mercados nacionais e internacionais de alta competitividade. O destaque dado às transformações nas relações sociais de produção evidenciava que a modernização se dava sem alteração das relações de poder, mas acentuavam os processos migratórios, o êxodo rural e a formação de camadas marginalizadas nos espaços urbanos.

Em síntese, no que pese sua importância analítica, tais abordagens estiveram centradas em aspectos estruturais da produção e reprodução do capitalismo no espaço rural, observando tendências predominantemente macroeconômicas e superestruturais. A influência da questão agrária clássica persistia em interpretar os processos de diferenciação social como mecanismos de desagregação das relações sociais camponesas, sendo estas as formas de produção domésticas, resquícios pré-capitalistas, funcionais à composição do exército industrial de reserva, isto é, um estoque para manter o mercado de trabalho a baixos salários. A este respeito, sintetizam os autores:

*O volante, o boia-fria e o posseiro, embora possam vir a ocupar um espaço na conjuntura política atual, não representam as relações sociais futuras da agricultura brasileira, constituindo muito mais expressões da dolorosa transição no sentido de um processo de trabalho rural capitalizado, subordinando à acumulação agroindustrial (Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985, p. 54, grifos originais)*

No entanto, ao desenrolar dos processos de modernização e mercantilização da agricultura, foi possível constatar a persistência (e resistência) das formas familiares de produção agrícola. No Brasil, um importante estudo realizado por Kageyama e Bergamasco (1989), além de destacar a persistência de uma forte concentração fundiária, revela uma rica categorização de distintas formas familiares de produção agrícola, representantes da ampla maioria de estabelecimentos agrícolas distribuídos em toda sua diversidade pelo país.

A partir desta perspectiva, passa-se a incorporar às abordagens analíticas da estrutura social a necessidade de investigação dos processos envolvidos na ação dos grupos sociais protagonistas da produção familiar agrícola. Tais aportes são chave para compreensão de um espaço rural vivo e heterogêneo, isto é, a expressão de distintas *ruralidades* constituídas por relações sociais baseadas em racionalidades substantivas e ambientais, como tratam Wanderley (2000) e Brandenburg (2010).

A visibilidade e cristalização política destes novos (velhos) atores do espaço rural faz emergir a agricultura familiar como categoria social aglutinadora das diversas identidades étnicas, culturais e de produção familiar/comunitária agrícola, com destaque nas relações sociais do campo, não só por reunir uma miríade de formas de produção agrícola, mas também por sintetizarem um projeto de desenvolvimento rural e um modo de vida no campo (Picolotto, 2014).

Como resultado de lutas e disputas, a agricultura familiar passa a obter acesso a políticas públicas específicas, sobretudo de caráter produtivo, a exemplo do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que vem significando uma maior integração mercantil, ainda que grande parte dos agricultores familiares sejam somente atendidos por políticas de assistência social (Cazella et al, 2016).

Desta forma, destaca-se que a compreensão das diferentes lógicas e estratégias como processo de planejamento da unidade de produção é um processo marcadamente subjetivo, ainda que objetivamente seja influenciado por capital, terra, rendimentos, custo de vida, normas e regras, entre outros, presentes nas relações mercantis. O que revela a complexidade de se levar em conta a produção familiar agrícola, fazendo com que a análise subjetiva seja um elemento imprescindível aos processos de investigação das transformações do espaço rural (Ploeg, 2016). De tal maneira que uma investigação mais aproximada aos condicionantes do trabalho familiar irá permitir uma melhor compreensão de tais fenômenos.

## O PROTAGONISMO DO TRABALHO FAMILIAR NOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO

Uma vez que a participação da agricultura familiar ocupa um espaço de destaque, tanto nas relações sociais de produção quanto na agenda política, há uma renovação teórica sobre a interpretação de sua natureza socioeconômica e sua capacidade em resistir de forma dinâmica aos processos de modernização e mercantilização da agricultura. Uma das mais influentes renovações analíticas parte de Harriet Friedmann é o resgate do conceito de “produção simples de mercadoria” (Buttel, 2001; Sevilla Guzman; Molina, 2013).

Friedmann (1978), a partir de uma abordagem neochayanoviana, faz uma incursão na teoria da reprodução em Marx para poder compreender as diferentes formas do circuito de reprodução dos pequenos produtores e a importância em que a produção agrícola e o trabalho assalariado têm para

essas famílias. Tais questões surgiam especialmente enquanto as interpretações marxistas ortodoxas descreviam a integração das explorações familiares às lógicas de mercado que levariam à conformação de uma pequena burguesia (fundada no trabalho assalariado, não no trabalho familiar) ou ocasionariam o abandono da atividade agrícola em direção ao trabalho assalariado (Buttel, 2001, Sevilla Guzman; Molina, 2013).

O conceito de produção simples de mercadorias foi central para compreensão de que a composição demográfica da família ainda assume um papel central, mesmo durante a inserção mercantil do empreendimento familiar. Isto é, ainda que a unidade de produção tenha se integrado no circuito simples de mercadoria<sup>6</sup>, o trabalho familiar, por se caracterizar em relações de parentesco e compadrio, possibilita que o empreendimento familiar se afaste de um empreendimento capitalista, tipicamente baseado no trabalho assalariado. Inclusive, o trabalho assalariado de um ou mais membros da família não significaria uma tendência à proletarização, mas sim fontes de complementos de renda, essenciais em momentos de crise (Friedmann, 1978).

No entanto, ainda haveria débitos nesta abordagem. Em síntese, a utilização do conceito de produção simples de mercadoria como chave para explicação dos processos de mercantilização, na perspectiva de Friedmann, deixou de investigar elementos constitutivos do trabalho agrícola em uma unidade de produção familiar, acabando por se tornar demasiadamente abstrato e deixando de captar as respostas diferenciais aos processos de mercantilização. Estas características levariam a determinar que os processos de inserção mercantil, isto é, a mudança entre os modos de produção doméstico (o camponês), para o modo de produção simples de mercadoria (o empreendimento familiar), seria um caminho linear e unidirecional. Uma vez destacado tais débitos, uma abordagem dos processos de mercantilização ao nível da tomada de decisão dos produtores, possibilitaria destacar os processos que não adentram o circuito de mercadoria, operacionalizados, sobretudo, pelo trabalho familiar (Ploeg, 1993; Long, 2001).

Ploeg (1993) destaca duas importantes características contidas no trabalho agrícola. A primeira trata da unidade entre produção e reprodução. Isto é, a gestão do tempo de trabalho e da divisão do trabalho (por gênero, geracional ou outra) somam uma série de atividades que são orientadas tanto para a produção agrícola como para a reprodução. Esta última, tanto de objetos e instrumentos da produção, como também para benfeitorias, as quais são fundamentais para o funcionamento da unidade de produção e que, caracteristicamente, não participam do circuito de mercadoria.

Uma segunda importante característica é a unidade entre trabalho mental e trabalho manual dentro da unidade de produção. As diferentes tarefas envolvidas na produção e reprodução implicam

---

<sup>6</sup> Vende a produção como mercadoria para obter dinheiro e comprar mercadorias que não produz (M-D-M).

planejamento e execução, resultando em um complexo processo de coordenações de tarefas entre os diferentes membros da família. A característica da unidade entre trabalho mental e o trabalho manual favorece, assim, o controle direto sobre as condições imediatas referentes às operações de trabalho, as quais operam decisivamente nas estratégias de inserção mercantil de uma unidade de produção familiar (Ploeg, 1993).

Um terceiro elemento, posteriormente destacado por Ploeg (2008, 2009, 2016), tão importante e simultâneo aos referidos anteriormente, trata de a agricultura estabelecer uma relação direta com a natureza. Logo, a agricultura envolve tanto processos socioeconômicos, quanto processos ecológicos, o que revela a existência de ecossistemas alterados pela agricultura, ou agroecossistemas (Altieri, 2013). Todavia, esta dupla característica da agricultura não é homogênea, ela se difere a partir das diferentes estratégias e lógicas de relações sociais e naturais. Neste caso, os agricultores são os atores centrais no manejo dos agroecossistemas, apoiados nos conhecimentos sociais e naturais sobre a configuração, produção e reprodução, acionados através da força de trabalho. Em outras palavras, pode-se dizer que a força de trabalho (que faz parte da natureza humana) atua desde uma dupla dinâmica, tanto nos ambientes sociais, quanto naturais (Toledo, 1993), revelando um processo de coevolução (Norgaard, 1989) entre a família agricultora e a natureza, em que os atores alteram a natureza e, ao mesmo tempo, são alterados por esta, mediados pelo trabalho.

Estes elementos subjazem a uma importante revitalização da análise do processo de mercantilização. Na medida em que o trabalho familiar pode ser estrategicamente orientado tanto para o circuito de mercadoria (isto é, a produção com valor de troca) quanto para o circuito de não-mercadoria (a produção com valor de uso), possibilita uma abordagem de que a orientação do trabalho difere a partir das estratégias encontradas entre cada unidade de produção familiar.

A inserção mercantil das formas familiares de produção agrícola permite que as normas e valores das trocas capitalistas componham parte das estratégias e lógicas de reprodução social da família. O que não implica necessariamente a mercantilização total das famílias. As diferentes formas com que as famílias orientam o trabalho agrícola produzem *respostas diferenciadas* ao padrão moderno e mercantil. Especialmente quando enfrentam situações de fragilidade ou vulnerabilidade, as famílias agem com a intenção de reconquistar o controle e autonomia sobre a produção e a reprodução social. No entanto, este processo não se dá somente pela vontade dos atores sociais, uma vez que o reestabelecimento do controle e autonomia é um processo de lutas, materiais e simbólicas, sendo a unidade de produção familiar uma importante arena de disputa (Ploeg, 2008, 2009; Long; Ploeg, 2011; Niederle, 2006). Nas palavras dos próprios autores:

Os projetos dos agricultores não são simplesmente reações àqueles que são, à primeira vista, impostos por atores externos mais poderosos. Eles são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam e/ou contrapõem (Long; Ploeg, 2011, p. 35).



Em síntese, a diversificação de estratégias produtivas sugere a capacidade dos empreendimentos familiares se aproximarem ou se afastarem do projeto de modernização de acordo com as lógicas e estratégias produtivas e reprodutivas de cada família, sendo o trabalho familiar um elemento central constitutivo da tomada de decisão, na esfera produtiva e reprodutiva dos agricultores. Uma incursão empírica em unidades de produção familiar de olericultura na Região Metropolitana de Curitiba irá ilustrar os desafios contemporâneos enfrentados pelos produtores em relação aos processos de modernização e mercantilização da agricultura.

## RESPOSTAS DIFERENCIAIS DA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA

Como destacado anteriormente, a Região Metropolitana de Curitiba não se constituiu como uma fronteira agrícola típica do *modus operandi* do projeto de modernização, isto é, a produção de *commodities* em larga escala e altamente industrializados, muito em função de suas características geoecológicas. Este fator colaborou para que a RMC se conformasse em um espaço de predomínio da agricultura baseada no trabalho familiar, em que as unidades de produção se modernizaram e mercantilizaram de forma heterogênea (Queiroga, 2012; Souza et al, 2008).

Das dinâmicas diferenciadas entre as distintas microrregiões pertencentes à RMC, pode-se destacar, nos anos 1970, a criação do CEASA (Centrais de Abastecimento do Paraná S. A.) e a atuação da antiga ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná); ambas foram importantes estímulos à modernização e mercantilização das unidades de produção, sobretudo nos municípios mais próximos ao crescente mercado consumidor de Curitiba (Ferreira et al, 2012; Cidade Junior, 2008).

Um outro fator importante para a modernização da agricultura da RMC foi a disseminação e acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar posteriores aos anos 1990, somado às políticas de compra institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que ambos contam com cotas específicas para compras de produtos da agricultura familiar. Por outro lado, especialmente em comunidades e municípios mais distantes da metrópole, a modernização se deu de forma incipiente, predominando os sistemas sociotécnicos tradicionais (Ferreira et al, 2012; Queiroga, 2012; Cidade Junior, 2008).

Assim, a proximidade com a metrópole, a competitividade com os mercados de *commodities* e as políticas públicas voltadas à agricultura familiar favoreceram o estabelecimento da olericultura entre as unidades de produção familiares da RMC (Queiroga, 2012). A estes fatores, somam-se as características agronômicas do cultivo das olerícolas, quais sejam, o ciclo curto das espécies, o

emprego intensivo de trabalho e insumos, que fazem da olericultura uma atividade adequada à pequenas áreas de produção (Filgueira, 2007).

Com isso, pode-se afirmar que a olericultura vem a reboque dos processos de modernização e mercantilização. No entanto, o predomínio da agricultura baseada majoritariamente no trabalho familiar, como será argumentado a seguir, possibilita respostas diferenciais frente às pressões e processos que advêm de forma externa às unidades de produção. A seguir, será discutido a relação entre a mercantilização e a olericultura na RMC.

### Mercantilização e a olericultura na RMC

A tendência central e externa em promover a mercantilização completa da agricultura impacta diretamente a agricultura familiar. Os efeitos locais da modernização das técnicas agrícolas, a especialização produtiva e um conseqüente aumento da produtividade provocam a exclusão da agricultura familiar dos mercados centrais, circuitos longos, em função da baixa capacidade competitiva. Frente a este contexto, ocorre, para além da busca por rendas não-agrícolas, a necessidade por uma reinserção e inovação frente a mercados emergentes (Maluf, 2004). O relato do agricultor em relação à batata inglesa é ilustrativo:

Quando era mais novo nós se virava bem na batatinha [batata inglesa]. Porque dava bom de vende. Depois quando chego essas máquina de lava acabou. (...). Batatinha não adianta mais plantar agora. Não adianta, a mercadoria pode dar bonita como for, não tem valor. Não tem valor. É só de Minas [Gerais]. Só mercadoria de fora que tem casca bonita que daí tem valor, mas a nossa pode dar bonita como for não vende. (...). Porque é mais fraca do que a outra né. (Entrevista 13).

Para outro agricultor, o cenário competitivo do milho e o feijão também é ilustrativo:

Até ali o pessoal era só milho, batata e feijão era o forte. (...) aí já foi mudando a plantação, já foi plantando cebola, batata, e umas coisas a mais porque só no milho e no feijão não tava dando pra sobreviver mais. E a gente foi mudando. (...). Hoje é tomate e pepino. Daí só planta o milho só, feijão e batata só um cantinho pro gasto. (Entrevista 7).

O relato dos agricultores remete ao período em que as explorações agrícolas familiares na RMC produziam espécies com duplo valor, tanto de troca como de uso, pois, além de serem culturas de fácil escoamento, ainda eram culturas comumente presentes na dieta das famílias (Cândido, 1977). Todavia, os processos de modernização e mercantilização da agricultura provocam a desconstrução e reconstrução dos laços mercantis, com efeito tanto para a dieta, que passa a ser composta também por produtos advindos do mercado (por exemplo o arroz, macarrão, óleo, sal, açúcar, entre outros), quanto para os objetivos da produção mercantil, (neste caso, a produção olerícola, mas também as famílias, trabalham e produzem outros cultivos, animais, processados, ou outros, para venda), que agora passam a ser normatizados e exclusivos à cadeia produtiva.

Na análise de Ellis, o traço básico das sociedades camponesas é a *integração parcial a mercados incompletos*, onde os mercados:

(...) apresentam tanto oportunidades como pressões aos camponeses. Ingressar neles pode ampliar o nível de bem-estar ou diversificar o acesso a bens de consumo, mas ao mesmo tempo isso os expõe aos problemas das adversidades de preços ou das condições desiguais do poder de mercado. Isso faz com que a relação com os mercados seja uma contínua tensão entre os riscos das vantagens na sua participação ou a manutenção de uma base não mercantil para sobrevivência (Ellis, 1988 *apud* Schneider, 2016, p.112).

A reflexão de Ellis pode ser verificada na Entrevista 7. Mesmo que o pepino e o tomate componham em algum momento a dieta da família, estas olerícolas são produzidas para gerar valor de troca, ou seja, mercadorias, quando o milho, o feijão e a batata, que eram o “carro-chefe” antigamente, por pressão dos mercados, são plantados agora somente com o intuito de obter valor de uso, ou, como diz o agricultor, “*pro gasto*”.

Daí a importância analítica da noção de *mercados incompletos*. A inserção mercantil da agricultura familiar, tanto a montante quanto a jusante do processo produtivo, opera em um alto grau de imperfeições (principalmente no que se refere à transparência nas informações sobre as situações dos mercados, sobre a formação de preços, a influência de oligopólios e complexos agroindustriais, disponibilidade de crédito, entre outros), favorecendo a desvantagem competitiva de tal maneira que tenciona a unidade de produção para especialização e profissionalização (Schneider, 2016, Abramovay, 1992).

Neste contexto, assim como destaca a pesquisa de Queiroga (2012), a olericultura se concretiza como uma importante oportunidade de inserção mercantil aos agricultores familiares da RMC, haja visto que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, 86% dos estabelecimentos agropecuários que se dedicam à olericultura são agricultores familiares (Ibge, 2018). Os dados também evidenciam que, na safra 2017/2018, os municípios da RMC produziram 40% das principais culturas olerícolas do estado do Paraná, circulando uma receita de aproximadamente R\$ 1,4 bilhões (Seab/Deral, 2018).

A importância da olericultura como inserção mercantil e garantia de renda para as famílias produtoras da RMC não implica um caminho unilinear e de mercantilização total das unidades de produção. Ou seja, a partir do trabalho familiar, as unidades de produção são capazes de, dinamicamente, se afastar das relações mercantis segundo suas lógicas e estratégias produtivas. Entre as possíveis estratégias, a mobilização interna de recursos compõe o repertório de ações dos olericultores familiares participantes da pesquisa, como será tratado à seguir.

Mobilização interna de recursos, “desmercantilização” e sustentabilidade

Em função de ser uma atividade agrícola altamente intensiva, dinâmica e competitiva, os olericultores familiares convivem diariamente com pressões socioeconômicas e climáticas para manter seus níveis de renda estáveis. Neste sentido, foi possível observar, em campo, que a luta nas esferas produtivas e reprodutivas dos olericultores perpassa pela retomada de controle das bases de recursos produtivos, sendo o conhecimento sobre o manejo dos agroecossistemas fundamentais para implementar práticas mais autônomas. A título de exemplo, destaca-se a expressão “*pro gasto*”, presente nas entrevistas 6 e 7.

Estas práticas revelam estratégias de produção que participam do circuito de não-mercadoria. Nestas estratégias, as famílias põem a força de trabalho e gestão do tempo em atividades que servem tanto para reprodução de sua base genética de animais e plantas, que em alguma medida, também podem servir para o autoconsumo.

*Vocês têm o costume de planta pro gasto?* Milho tem, galinha, os pato (...). Mas se fosse pra nós vende, dependesse do milho assim pra ... não dá certo, né. Ou é bastante, ou é pro gasto só. Um dos dois. Porque, assim, planta esse de um saco ou dois saco, não dá pra vende (Entrevista 6).

*Por quanto que vende cada frango?* Depende de quanto o cliente quer pagar, se é no peso ou na unidade, mas, se não, é cinquenta reais. É um preço pra não vender já. Eu prefiro não vender, mas, se for pra vender, por menos de cinquenta reais eu não vendo meus frangos (Entrevista 1).

A resposta da agricultora durante a Entrevista 1 demonstra as duas estratégias possíveis para sua criação animal. Por um lado, o valor de troca do frango é um valor de nicho de mercado, pois a agricultora reconhece a qualidade do produto e sabe que pode vendê-lo como “frango caipira”, que possui valor agregado em relação ao frango de granja. Por outro lado, para a agricultora, o valor de uso é inclusive maior e se expressa quando ela salienta “*Eu prefiro não vender*”.

Novamente, a perspectiva de Frank Ellis (1998) é importante, segundo o autor os rendimentos em espécie (*in-kind income*), por exemplo o autoconsumo, compõem um variado rol de estratégias de diversificação dos meios de vida (*livelihood diversification*), principalmente no que se refere à segurança alimentar da família frente à sazonalidade dos diferentes rendimentos monetários que a família possa ter. Segundo Ellis, a diversificação dos meios de vida “é definido como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e capacidades de apoio social em sua luta pela sobrevivência e a fim de melhorar seus padrões de vida.” (Ellis, 1998, p.4, tradução nossa).

Neste sentido, Grisa e Schneider (2008) questionam a noção de “produção de subsistência” como sinônimo de atraso e marginalidade, corriqueiramente utilizado na literatura de estudos rurais para categorizar as formas de produção familiar pouco mercantilizadas. De outra maneira, os autores destacam que o autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores familiares e permanece fundamental, mesmo frente à modernização e mercantilização da agricultura.

Pode-se dizer então que a produção para autoconsumo se dá a partir de diferentes cálculos de vantagens e desvantagens em relação aos aspectos qualitativos e quantitativos do trabalho familiar, como a demografia, força de trabalho disponível, gestão do tempo, ao mesmo momento em que se equaciona o preço dos insumos em relação à renda obtida pela venda da produção comercializável.

Com isto, pode-se afirmar que as famílias agricultoras são capazes de, através de uma reconexão com os processos ecológicos, operar estratégias de “desmercantilização”, isto é, de afastamento dos mercados centrais, principalmente em direção à mobilização interna de recursos e o autoconsumo (Ploeg, 2008, 2009).

As estratégias dos agricultores abaixo são ilustrativas:

Tipo, batata eu tenho a minha muda eu não compro. O feijão também eu não compro (Entrevista 9).

(...) nós resgatamos variedade de milho, variedades de feijão, nós tivemos um trabalho pra fazer. (...) E o que a gente puder nessa experiência de sementes que a gente tá, resgatando semente. Somos guardião de sementes (Entrevista 5).

Neste mesmo sentido, tem se ampliado as críticas socioambientais à modernização da agricultura, de tal maneira que vem se disseminado uma multiplicidade de técnicas, revisitando e atualizando a agricultura tradicional, favorecendo uma agricultura de *low-external inputs*, em direção a projetos mais sustentáveis (Altieri; Toledo, 2011), e, ao mesmo tempo, recuperando o controle da base de recurso pelos agricultores, em direção a práticas mais autônomas (Ploeg, 2008, 2016).

A reprodução da agricultura através da mobilização interna de recursos também está intimamente ligada ao conhecimento e aplicação de técnicas de recuperação da fertilidade do solo. A construção da fertilidade dos solos interna à unidade de produção foi a estratégia principal de adubação até a disseminação do projeto de modernização da agricultura. Em relação à mecanização dos solos, existe uma longa crítica aos efeitos deletérios às propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, como relata a agricultora:

A encanteradeira eu tô numa discussão aí com o Fulano [o marido] porque eu não quero mais que use. E ele ainda gosta da encanteradeira porque daí deixa a terra melhor pra plantar, né. (...). Porque acho que ela destrói muito. Sabe, o trabalho que você faz com a terra, de deixar ela boa, de deixar ela com minhoca, essa encanteradeira destrói tudo, porque ela revira, ela faz assim, então eu não tô gostando de encanteradeira. Já tô avisando ele pra parar de usar (Entrevista 9).

Neste caminho, tem-se disseminado uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e olericultores da RMC na implantação do projeto de Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)<sup>7</sup>. O SPDH resulta de uma parceria entre técnicos e agricultores, como uma

---

<sup>7</sup> A adoção do SPDH como projeto de desenvolvimento rural para olericultura na RMC vem sendo promovida pelo o IDR desde julho de 2018 a partir de viagens, dias de campo, encontros e cursos com agricultores (LOPES, 2018).

ferramenta importante de transição para um equilíbrio socioecológico na produção de olerícolas (Fayad et al, 2019). O jovem agricultor explica como tem sido a experiência:

*E como que é o preparo da terra que vocês estão fazendo? Agora o preparo é o sistema da palhada ali não sei se você viu. Ele [o pai] tá mudando. Mas antes a gente passava o trator com pé de pato afrouxando a terra e depois entrava com rotativa pra fazer os canteiros. Agora ele faz diferente. Faz o canteiro com a rotativa e joga a adubação [as plantas de cobertura]. A hora que ela [a planta de cobertura] tá no estágio grande, não sei se é de grão leitoso, ele passa deitando ela pra planta na palhada. E o que você acha? Cara eu acho que é uma boa ideia, porque em termos de custos é bem menos o valor. E é bem interessante porque não agride a terra. E a capina foi menor? Não deu capina, ainda não. Mas acho que nem vai dar, porque cobre a terra, daí o mato não vem (Entrevista 11).*

Estas estratégias privilegiam o resgate e atualização dos conhecimentos tradicionais de manejo dos agroecossistemas, tal qual a reprodução da sociabilidade e dos valores da vida rural (Toledo, 1993; Leff, 2002), elementos estes que vêm subsidiando o fortalecimento da Agroecologia na RMC (Brandenburg, 2011; Silva et al, 2018). Dentre estas práticas, sobressaem-se as de mobilização interna de recursos, como a recuperação da fertilidade dos solos, a reprodução e manutenção da base genética de plantas e animais, e a produção para autoconsumo. Destarte, é digno de nota que os agricultores, por vezes, mobilizam recursos externos para a produção de bens com valor de uso, isto é, adaptam criativamente práticas e tecnologia derivados da modernização, com objetivos fora dos circuitos mercantis.

#### Produção de valores, construção de autonomia via mercados

Quando mencionado que os circuitos de produção podem produzir tanto valor de troca quanto valor de uso, pode-se dizer que as formas familiares de produção agrícola (em toda sua diversidade étnica, cultural e de organização do trabalho) são a categoria social por excelência capaz de produzir múltiplos valores no processo de produção agrícola. Isto ocorre, apesar dos diferentes graus de mercantilização, justamente pela força de trabalho ser um fator produtivo interno à unidade de produção. O mesmo não ocorre na empresa capitalista, uma vez que a força de trabalho advém exclusivamente do mercado, orientando, por sua vez, os objetivos da produção exclusivamente como valor de troca (Ploeg, 2009).

O trabalho familiar ocupa um papel central na produção de valores, uma vez que, diferente de uma empresa capitalista, os membros da família podem orientar o trabalho com objetivos de sociabilidade, afetividade, morais, entre outros valores simbólicos que se estabelecem nos sistemas de trocas paralelamente aos mercados modernos de trocas.

Os diferentes valores que os agricultores são capazes de produzir compõem, em especial, um rol de estratégias de resistência e emancipação frente ao contexto de dependência e privação. Isto porque as relações de trocas mercantis, não raramente, produzem um contexto de *squeeze* (aperto) na

renda do trabalho familiar, tornando as estratégias de produção de valores não monetários como formas de retomar o controle, não somente da base de recursos como do destino da produção (Ploeg, 2008).

Entre as importantes estratégias de produção de valores envolvidos na produção olerícola da Região Metropolitana de Curitiba, destacam-se as feiras livres. As feiras livres reúnem as características por excelência dos *circuitos curtos de comercialização* como as relações de interpessoalidade, solidariedade, amizade. Diferente das normas impessoais dos supermercados e dos contratos, as feiras se regulam, não somente através de selos socioambientais e certificações participativas, mas, de forma central, a regulação é baseada na confiança interpessoal (Darolt, 2013; Schneider, 2016; Grimm et al, 2018).

Nós construímos uma amizade muito grande nesses 17, 18 anos, de você ver criança nascer, você vê a barriga, depois você vê frequentando. A feira assim é uma coisa que te apaixona. Nós não gostava, mas depois que começou a lidar, começou a apaixonar. (...). E se aquele cliente falta, você: nossa o que aconteceu. É um elo muito legal. (...). Tem produto que a gente produz porque o cliente pede. As vezes não queria produzir uma coisa, mas o cliente pede: *Ahh* mas eu gosto daquilo. Pois a gente planta porque o cliente pede. Certos feijão que tem cliente que gosta daquele feijão, então a gente já planta estimulado por aquele cliente (...). (Entrevista 5).

O relato da agricultora e feirante exemplifica os laços sociais e afetivos possíveis de serem praticados em um canal de comercialização. A relação direta com o consumidor cria um ambiente dialógico, que não somente colabora com os aspectos substantivos da racionalidade do agricultor e da forma com que encara sua roça, como também favorece a conscientização do consumo (Darolt, 2013; Brandenburg et al., 2008). Isso pode ser verificado quando a agricultora coloca: “*Pois a gente planta porque o cliente pede*”. Sabourin (2009) menciona a capacidade destes laços contidos no processo de comercialização como uma *reciprocidade binária*, isto é, quando os valores de sociabilidade, afetividade, éticos são partilhados pelos dois atores polos do processo de comercialização, o produtor e o consumidor.

O reestabelecimento do controle das circunstâncias em que o produto chega na mão dos consumidores se constrói como uma prática de autonomia. Tais iniciativas têm tomado por base o afastamento dos circuitos em que diferentes atravessadores passaram a incorporar a divisão do trabalho desde os processos de modernização e mercantilização da agricultura.

Hoje, tudo essas venda lá do Mandala [grupo de consumidores de Curitiba], que já faz um ano e três meses que tá vendendo, duas vezes por mês. Eles vêm pega aqui. Nós tamo querendo tira o atravessador. Eles depositam uma cota de 60 reais no banco em uma conta lá em conjunto, e, antes do mês, eles depositam cada um (...). E daí nós tamo com essa ideia de não vende pros atravessador, e a ideia deles também é não compra dos atravessador, é dá o lucro pro cara que tá sofrendo no trabalho. É a ideia da Mandala lá do povo de Curitiba. Nós já tamo em 60 família, começamos com 20, tamo com 60 (Entrevista 15).

O relato do agricultor expressa outra estratégia de comercialização baseada nos circuitos curtos, a venda direta para um grupo de consumidores. Conhecido na literatura como CSA (*Community Supported Agriculture*), tais experiências vêm se desenvolvendo em toda a Europa, e recentemente expande-se no Sul do Brasil (Darolt, 2013).

Com estes exemplos, pode-se afirmar que agricultores e consumidores vêm caminhando na direção oposta dos projetos de modernização e mercantilização que orientam o atual sistema agroalimentar hegemônico, retomando o controle dos processos de produção e distribuição a favor da democratização da informação e dos aspectos qualitativos, não monetários, inerentes à alimentação (Brandenburg et al., 2008; Darolt, 2013).

Por fim, é necessário enfatizar que este caminho não é uma regra, nem mesmo é linear. Isto é, não há nenhum impedimento à unidade familiar em se especializar e intensificar sua produção para um nicho de mercado, ou mesmo manter relações comerciais com mercados convencionais. Entretanto, o caminho percorrido tem como principal contribuição destacar a noção de que a unidade de produção familiar que mantém práticas de autonomia em relação a mercados conjuga um equilíbrio especial, fruto da orientação do trabalho familiar, entre a produção de distintos valores, isto é, quando os valores simbólicos passam a compor simultaneamente os valores monetários da venda da produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado possibilitou revisitar pontos centrais da herança da questão agrária clássica, consequências gerais do caso brasileiro, e o papel que a consolidação da agricultura familiar, como categoria social (política e analítica), teve na renovação teórica/epistemológica da questão agrária. A intenção foi destacar os limites das abordagens demasiadamente estruturais e, especialmente, sublinhar os limites teóricos presentes no evolucionismo e linearismo (Sevilla Guzmán; Molina, 2013) das análises da questão agrária clássica.

A relevância da produção familiar agrícola, em toda sua diversidade e heterogeneidade, inerentes ao desenvolvimento agrícola e rural, possibilitaram a guinada nos estudos rurais em direção à ação social, a capacidade de agência dos atores sociais, e, enfim, aos mecanismos que possibilitam aos atores elaborarem respostas diferenciais àquelas prognosticadas pelas abordagens estruturalistas dos processos de modernização e mercantilização da agricultura. Neste artigo, foi dado destaque à um mecanismo central, o trabalho familiar. Isto se deu em função do trabalho familiar ser um fator de produção presente nas distintas formas familiares de produção agrícola, mas, sobretudo, um fator intrínseco à subjetividade, imerso em racionalidades substantivas, afetivas e morais.



Uma análise mais detalhada sobre os condicionantes envolvidos na gestão e divisão do trabalho familiar, como foi argumentado, são base para respostas diferenciais aos processos de modernização e mercantilização, em um movimento tenso, de disputa com outros atores.

Se, por um lado, a olericultura familiar está imersa em um cenário de pressões socioeconômicas, dado à intensidade, à dinâmica da cadeia produtiva olerícola e às pressões climáticas, por outro lado, este cenário é ativamente reconstruído com base no trabalho familiar. Ainda que tenham modernizado técnicas e tecnologias e se inserido em mercados, os olericultores familiares entrevistados foram capazes de expor discursivamente suas lógicas e estratégias de revalorização da natureza e dos processos ecológicos da produção, assim como destacaram os elementos que fortalecem sua identidade e suas relações sociais baseadas em outros valores que não somente aqueles normatizados pelo mercado e pelo dinheiro.

É possível sintetizar que a relação direta com a natureza, isto é, a construção ativa de agroecossistemas e a construção ativa de redes de sociabilidade e trocas fundamentadas em valores simbólicos e afetivos, associados ou não ao valor monetário, são dimensões centrais aos processos de retomada de controle e poder dos agricultores, em direção a práticas mais autônomas e sustentáveis de desenvolvimento rural.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro. Um agradecimento especial às agricultoras e agricultores familiares interlocutores desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec. 1992.
- ALTIERI, M. *Agroecologia bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular. 3ª ed. 400p. 2013.
- ALTIERI, M., TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus de pesquisa: um princípio para a coleta de dados qualitativos. BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP*, v. 4, n. 1, 2010.
- BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.19, n. 1, p.126-148, 2011.
- BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; JUNIOR, P. S. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná–ACOPA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, n. 1, p.54-82, 2008.

- BUTTEL, F. H. Reflexões sobre a Economia Política Agrária no final do Século XX. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, n. 2, p. 11-36, 2001.
- CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; BÚRIGO, F. L. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 49-79, 2016.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 4 ed. 1977.
- CIDADE JUNIOR, H. A. *A agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba: fatores que afetam seu desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.
- DAROLT, M. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P.A. et al., *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p. 139-170. 2013.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n.1, p.1-38. 1998.
- FAYAD, J.A; ARL, V.; COMIN, J.J.; MAFRA, A.L.; MARCHESI, D. R. *Sistema de Plantio Direto de Hortaliças*. Epagri: Florianópolis, 2019.
- FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P (Orgs). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- FILGUEIRA, F. A. R.; *Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças*. 3. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2007.
- FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *The Journal of Peasant Studies*, v.6, n.1, 71-100, 1978.
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, p. 31-55, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). *Novos Cadernos NAEA*, v. 21, n. 1, 2018.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>  
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 13 abr. 2021.
- KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1989.
- LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, Vol. I, 1993.

- LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, Vol. II, 1998.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (org.). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-48, 2011.
- LOPES, V. Emater vai disseminar técnica no Paraná. *Folha de Londrina*, 20 jul. 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-rural/emater-vai-disseminar-tecnica-no-parana-1010944.html>. Acesso em 09 mai. 2021.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1. 2004. p. 299-322.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec. 9. ed. 2006.
- NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. *Revista Raízes*, v. 25, n. 1, p. 37-47, 2006.
- NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, p. 42-48, 1989.
- PLOEG, J.D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M.G. (Ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1993. p. 153-195.
- PLOEG, J.D. van der. *Camponeses e Impérios Alimentares*. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PLOEG, J.D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.13-54.
- PLOEG, J.D. van der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS, 2016.
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v.52, p. 63-84. 2014.
- QUEIROGA, J. L. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da Região Metropolitana de Curitiba In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P (Orgs). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 53-107, 2012.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C., CONTERATO, M.A., SCHNEIDER, S. (orgs) *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, p. 93-140. 2016.
- SEAB/DERAL. *Olericultura - Análise da conjuntura agropecuária safra 2017/2018*. Curitiba: Governo do estado do Paraná, Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Departamento de Economia Rural (DERAL), 2018.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato: um aporte para Via Campesina*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

- SILVA, J. C. B. V.; SANDRI, D. M.; REIS JÚNIOR, J. D. R.; LIZARELLI, P. H.; PASSOS, M. A. parceria entre a AOPA/Rede Ecovida e o Instituto Emater no fortalecimento de uma ATER Agroecológica: a experiência da Região de Curitiba-PR. *Cadernos de Agroecologia*, v.1, n.13, 2018.
- SOUZA, O. T.; CORONA, H. M. P.; SOUZA, C. R.; DIAS, J. B.; QUEIROGA, J. L. Políticas de Desenvolvimento Rural, produção e preservação ambiental: diálogo efetivo entre sociedade e natureza ou parasitismo mútuo de linguagem?. *Tempo da Ciência*, v.15, n. 29, p.147-167. 2008.
- TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta. p. 197-218, 1993.
- WANDERLEY, M. N. B. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Ideias*, v. 3, n. 2, p. 25-54, 1996.
- WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 2, 2000.
- WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. *Raízes*. v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98. 2004.